


Faaaaaala, concurseiro, futuro fiscal de **Goiás**. Já preparou seu chapéu 🤠? Lá na região central é acessório obrigatório hein, na simpática Goiânia!

Gente, demorei alguns dias para comentar o edital de Legislação Tributária por conta do nosso curso da segunda fase para o ISS São Luís, que está nível hard 🤯, com correções individuais de ALTOS PARECERES super elocubrados estilo FCC... mas isso é problema para o pessoal que vai prestar concurso lá para a praia...o nosso assunto aqui é centroeste...é Goiás...é ICMS!

Aqui é o professor **Thiago Rösler** 🤖 e cá estou, então, com meus comentários e *feelings* para a prova. Aproveito o ensejo deste artigo para:

- i) trazer o novo cronograma do Curso de Legislação Tributária para Goiás (clique para ir direto);
- ii) trazer os links para cada lei do edital (fiz um para cada, clique aqui);
- iii) comentar o edital de Legislação Tributária.
- iv) avisar que o envio de questões no  **WhatsApp** iniciar-se-á **impreterivelmente** nesta sexta-feira (12/07/18).

Se quiser fazer o download deste artigo em pdf é só clicar aqui:



Já o curso pode ser acessado aqui (https://gotributario.com.br/?post_type=product&p=2692) :



1. Comentários ao Edital de Legislação Tributária para Auditor Estadual de Goiás

Começamos com duas novidades interessantes...a LC 87/96 (Lei Kandir) e a LC 24/75 (Confaz) cairão em direito tributário – elas estavam em nosso Curso de Legislação Tributária e com certeza serão bem aproveitadas pelos senhores e senhoras para pontuar lá em direito tributário.

Por isso retirei do curso e as adicionarei em um pacote específico com o os materiais gratuitos, junto com as leis, blz? Também colocarei uma aulinha top do Simples 🤓. Fica aqui o link:



Estimo a seguinte distribuição de questões para a prova:

CTE ICMS	5
CTE IPVA	4
CTE ITCMD	4
CTE TAXAS	1
CTE Outros Temas	1
LC 104	1
PAT	5
Tópicos 4 a 11	5

Vamos aos comentários 🤔. Vamos por partes, como diria Jack, mas por tópicos.

1. Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás.

Esse tópico concentrará a **maioria de nossas questões de prova** – possivelmente umas 15 (chutômetro, pessoal) das 26.

Isso porque o CTE Goiás tem os 3 impostos estaduais (ICMS, IPVA, ITCMD), as Taxas e, ainda, uma repetição do CTN, com uma ou outra coisa diferente que teremos que salientar em nossas aulas. O CTE já foi tratado em nosso curso – siiim, caro aluno, você saiu na frente, **Edital é prêmio para o candidato que se prepara** – nas aulas 03, 04 (ICMS), 05 (IPVA) e 06 (ITCMD).

Farei **uma aula extra para destacar os curtos aspectos sobre as taxas** – e vai cair taxas sim! – e para destacar os **pontos diferentes que o CTE Goiás tem em relação ao CTN!** Essa será nossa aula de n.º 8 do nosso curso!

2. Lei Complementar estadual nº 104/2013 - Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte de Goiás.

Trata-se de uma lei curtinha e que obrigatoriamente será cobrada em uma (pelo menos!) ou até duas questões. Diante disso, precisamos garantir esse ponto, pois será questão fácil – tipo dada, mas apenas se você ler a lei ou estudar com algum curso.

Essa será nossa Aula n.º 9. Repare que serão aulinhas curtas, diretas, fáceis de assimilar as de n.º 8 e 9.

3. Lei nº 16.469/09, que regulamenta o **processo administrativo tributário** e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária.

É a lei do PAT, que certamente terá um bom peso na prova, algo próximo aos 20% (4 ou 5 questões). Essa é a nossa próxima aula, de n.º 7, previsão de liberação no próximo final de semana 21/07, mas tentando adiantar para agora 15/07.

4. Título V, Capítulos IV e IV-A. Título IV, Capítulo I, do Livro Primeiro do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.651/91, que instituiu o Código Tributário do Estado de Goiás.

O Título V, Caps IV e IV-A, traz os livros fiscais e a escrituração fiscal digital – arts. 300 a 369 do Regulamento do Código Tributário Estadual (RCTE). Penso que não sairão mais de duas questões daqui – aposto apenas uma. Isso, caro aluno, disparadamente é o menos importante do seu edital e estará apenas em nossa última aula – Aula xxxx

Já o Título IV, Capítulo I, trata da Não Incidência do ICMS – aqui sim o bicho pega e é muito importante – já que as questões do CTE de ICMS podem misturar essa parte do RCTE. Esse assunto estará na Aula XXX, junto com o tópico 6 do edital.

5. Títulos I, II, III, IV, V e VI, capítulo I, seção I do Anexo VIII do Decreto nº 4.852/97, que trata da substituição tributária do ICMS.

Aqui precisaremos de uma Aula inteira para falar de substituição tributária, especificamente dos dispositivos do RCTE. Não é gigaaaaante, não chega a ser nenhum “caminhante branco” (monstro, para você que não sabe o que é Game of Thrones, a culpa não é sua, ser concursado é uma fase...isso passa 😂). Será nossa Aula 14.

6. Capítulo I e V do Anexo IX do Decreto nº 4.852/97, que trata dos benefícios fiscais.

São 2 capítulos curtos que tratam de benefícios fiscais – consistirão em uma aula juntamente com a segunda parte do tópico 4 – nem pra isso a FCC serviu, né gente, para organizar direito esse edital, pelamor... podia por benefício com benefício, mas não, separou... 😂 não briguemos com a banca! Isso estará na Aula 10.

7. Capítulos I, II, V, VII, VIII, IX, ~~X~~, XI, XII, XIII, XV, XVI e XVII do Anexo XII do Decreto nº 4.852/97, que cuida de operações especiais.

Aqui temos em torno de 83 arts. bem e um conhecimento bem complexo. Sugiro você ficar muito bom em todo o resto do edital primeiro para depois vir para cá garantir mais uma ou duas questões – aposto uma. É, o mundo é cruel, é um longo conteúdo para no máximo duas questões... mas se você quer ser fiscal, isso vale, sim, a pena, ah, como vale, vir na prova esse conteúdo e você saber vai ser “hashtag” top!

Vem comigo e estude esse assunto na Aula 12.

8. Capítulos IV, ~~V~~, VIII e X do Anexo XIII do Decreto nº 4.852/97, que trata dos procedimentos especiais aplicáveis a determinadas atividades econômicas.

Os procedimentos especiais serão tratados na Aula 15, junto com o Anexo XV (coincidência, nem planejei essa numerologia), do tópico 9 a seguir.

9. Anexo XV do Decreto nº 4.852/97, que trata das operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás.

Curtíssimo, tratado na Aula XV.

10. Ajuste SINIEF nº 07/05, que Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, Cláusulas I, II, II-A, III, IV, V, VI e IX.




O Ajuste SINIEF n.º 07/05 conta com aproximadamente 19 cláusulas (lá chamam os arts. de cláusulas, já vai aprendendo, fiscal) mas apenas algumas cairão na prova. Separei uma aula especial para esse assunto, que não é longo, mas tem 100% de probabilidade de cair. Será nossa Aula 11.

11. Decreto nº 9.104, de 05 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o pagamento do ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional, nas aquisições de mercadorias destinadas à comercialização ou produção rural e altera o Anexo IX do RCTE.

É um decreto curtinho e será visto juntamente com a Aula n.º 9.

2. Cronograma do Curso de Legislação Tributária Pós Edital

Dessa forma, senhores, planejei o seguinte cronograma, com um prazo razoável para finalizarmos a matéria aproximadamente 30 dias antes da prova.

Aula	Tema	Data
0	Aula Demonstrativa: apresentação da metodologia. - ICMS na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual.	Disponível
1	ICMS Genérico: decifrando o ICMS, Parte 1. CF/88 e Lei Kandir (LC 87/1996).	Disponível
2	ICMS Genérico: decifrando o ICMS, Parte 2. LC 24 – CONFAZ. Aprendendo a calcular o ICMS.	Disponível
Obs.¹: as aulas 01 e 02 caem em tributário, motivo pelo qual foi movida deste curso para a seção de materiais gratuitos).		
Obs.²: para não tocar horror na turma existente, eu mantive a ordem das aulas (mas pule a 1 e a 2, portanto).		
3	- ICMS na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual.	Disponível
4	- ICMS na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual.	Disponível
5	- IPVA na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual.	Disponível
6	- ITCMD na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual.	Disponível
7	- Processo Administrativo Tributário em Goiás (Lei nº 16.469/09, tópico 3 do edital).	20/07/2018
8	- Taxas na Legislação Tributária de Goiás: Código Tributário Estadual. - CTE Goiás: pontos que podem cair (e não estão no CTN).	25/07/2018
9	- Lei Complementar nº 104/13: Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (tópico 2 do edital). - Decreto n.º 9.104/17 (tópico 11 do edital).	29/07/2018
10	RCTE (Regulamento do ICMS): Não Incidência (tópico 4 do edital). Benefícios Fiscais (tópico 6 do edital).	04/08/2018
11	Ajuste SINIEF n.º 07/05 CONFAZ (tópico 10 do edital).	07/08/2018
12	RCTE (Regulamento do ICMS): Operações Especiais (tópico 7 do edital).	15/08/2018
13	RCTE (Regulamento do ICMS): Livros Fiscais e Escrituração Fiscal digital (tópico 4 do edital).	22/08/2018
14	RCTE (Regulamento do ICMS): Substituição Tributária (tópico 5 do edital).	29/08/2018
15	RCTE (Regulamento do ICMS): tópicos 8 e 9 do edital.	03/09/2018
	 Simulado de Legislação Tributária – correção ao vivo (este evento pode sofrer ajuste de data mas o vídeo ficará disponibilizado para o aluno) 	12/09/18

3. Materiais Gratuitos para ICMS Goiás

Senhores, deixarei no link a seguir a legislação (calma, calma, estou adicionando, não está pronto ainda), aulas sobre o Simples Nacional, Lei Kandir e outros pitacos que eu conseguir fazer e julgar útil para vocês – isso fora do nosso curso de legislação tributária.



<https://gotributario.com.br/curso/materiais-gratuitos-icms-goias/>